

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: PERSPECTIVAS GEOGRÁFICAS EM CONCÓRDIA (SC)

Bruna Marcos Velho¹

Resumo: Este artigo analisa a inserção da Educação Ambiental em uma escola de educação integral de Concórdia, Santa Catarina, por meio de ações pedagógicas de conscientização ambiental. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se em análise documental e sistematização de experiências, incluindo atividades teóricas e práticas, visitas ao Aterro Sanitário, à Estação de Tratamento de Efluentes e ações em parceria com o Centro de Divulgação Ambiental (CDA) do Consórcio Itá. Os resultados evidenciam a articulação entre Educação Ambiental, ensino de Geografia, teoria, prática e realidade local. Conclui-se que essas experiências constituem possibilidades de inserção da Educação Ambiental na escola de educação integral, aproximando os estudantes do espaço em que vivem.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Integral; Ensino de Geografia; Práticas Pedagógicas; Concórdia.

Abstract: This article analyzes the incorporation of Environmental Education in a full-time school in Concórdia, Santa Catarina, through pedagogical actions focused on environmental awareness. The qualitative research is based on document analysis and the systematization of experiences, including theoretical and practical activities, visits to the Municipal Landfill and the Wastewater Treatment Plant, as well as activities developed in partnership with the Environmental Outreach Center (CDA) of the Itá Consortium. The results demonstrate the articulation between Environmental Education, Geography teaching, theory, practice, and the local context. It is concluded that these experiences represent possibilities for incorporating Environmental Education into full-time schooling, bringing students closer to the environment in which they live.

Keywords: Environmental Education; Full-Time Education; Geography Teaching; Pedagogical Practices; Concórdia.

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Erechim (RS). E-mail: marcosvelhobruna@gmail.com. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7437417172043008>.

Introdução

A Educação Ambiental é de grande importância para a formação integral do indivíduo, especialmente em instituições educacionais que buscam desenvolver competências e habilidades socioambientais. Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo analisar a inserção da Educação Ambiental em uma escola de educação integral, destacando sua relação com a ciência geográfica e possíveis práticas pedagógicas voltadas à conscientização ambiental. Como afirmam Furtado e Martin (2016), “no universo escolar as questões ambientais não são mais novidade; estão presentes de forma significativa pelo esforço de inúmeros professores [...]” (Furtado; Martin, 2016, p. 109).

O campo educacional é uma área ampla e diversa, que engloba vivências, costumes e saberes distintos, os quais, articulados ao conhecimento científico, contribuem para a formação integral do indivíduo e para a compreensão da vida em sociedade. É um olhar para o saber que o indivíduo traz para o contexto escolar, que pode ser aprimorado através do conhecimento científico, estabelecendo um diálogo constante entre os saberes populares, culturais e sociais. Nesse contexto, a Educação Ambiental emerge como uma dimensão essencial, sobretudo diante dos desafios socioambientais do século XXI, exigindo práticas pedagógicas que promovam consciência crítica e atitudes sustentáveis. Nesse sentido, Souza et al. (2013) ressaltam que “a Educação Ambiental tem uma importância fundamental, pois permite a solução de vários problemas em nossa vida e novas ideias para a comunidade” (Souza et al., 2013, p. 119).

As questões ambientais não podem ser tratadas de maneira superficial no currículo escolar, sendo necessário abordá-las de forma contínua, interdisciplinar e crítica, a fim de transformar percepções, atitudes e práticas em prol da sustentabilidade. O crescente destaque das discussões ambientais demanda mudanças na relação da sociedade com a natureza, o que implica integrar essa temática aos processos educativos.

É importante reconhecer o papel transformador e emancipador da Educação Ambiental no cenário local, nacional e mundial, evidenciado pelas conferências ambientais que vêm ocorrendo. Assim, a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, bem como as necessidades planetárias, tornam-se cada vez mais evidentes na prática social (Brasil, 2012).

A escola, enquanto espaço de construção do conhecimento, exerce papel estratégico na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. No entanto, observa-se que as práticas pedagógicas muitas vezes se limitam a abordagens pontuais e desarticuladas, dificultando uma compreensão crítica e interdisciplinar do tema.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar e implementar estratégias que promovam a Educação Ambiental de forma sistemática no ambiente escolar, especialmente em instituições que adotam a educação integral,

as quais oferecem maiores possibilidades para práticas interdisciplinares e projetos integrados. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, com foco na inserção da Educação Ambiental no espaço escolar, especificamente em uma escola de educação integral no oeste de Santa Catarina. O estudo objetivou desenvolver conceitos voltados à Educação Ambiental e analisar os principais paradigmas que permeiam essa temática, promovendo a articulação entre teoria e prática por meio de um estudo de caso em uma escola de educação integral, a Escola Básica Municipal Santa Rita, localizada no município de Concórdia (SC).

Educação Ambiental no espaço escolar

A educação tem se constituído como um espaço de amplos debates sobre uma diversidade de temáticas; assim sendo, é necessário refletir sobre o contexto social vivido cotidianamente pelos sujeitos envolvidos no processo educativo. Um papel importante é colocar os educandos como protagonistas e o educador como mediador, mas não deixando de lado a cultura do aluno e o conhecimento científico, para que a prática seja conectada e mais próxima de sua realidade, um ir para além da transmissão.

Com base nessa compreensão, desenvolver um trabalho com a Educação Ambiental vai além de apenas transmitir conhecimento, sendo “um processo de mobilização, sensibilização e construção de valores orientados para a cidadania ativa, inclusive pelo direito constitucional a um meio ambiente saudável” (Neiman, 2025, p. 3). Sob essa perspectiva, é fundamental que os educadores abordem diferentes temáticas que sejam significativas para os educandos, considerando suas vivências e realidades. A Educação Ambiental, nesse contexto, torna-se cada vez mais necessária, pois a educação precisa partir da realidade dos sujeitos para que contribua com a construção de um mundo mais consciente, justo e sustentável. Como afirma Freire (1996), é essencial valorizar os saberes dos educandos e suas experiências, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e capaz de formar sujeitos críticos e transformadores da sociedade.

A temática da Educação Ambiental está presente em diferentes documentos norteadores e políticas em âmbito nacional. Um importante documento que apresenta essa abordagem é a Constituição Federal de 1988, que, em seu inciso VI do § 1º do artigo 225, determina que “o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino” (Brasil, 2012, p. 1). Na mesma perspectiva, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), discorre que “na formação básica do cidadão, seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural” (Brasil, 2012, p. 1). Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, em todas as suas

etapas e modalidades, “reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental” (Brasil, 2012, p. 1).

Este artigo enaltece a importância da Educação Ambiental no contexto das instituições de ensino, especialmente na educação básica, fase em que os educandos iniciam e percorrem uma trajetória de construção do saber, com acesso a conceitos fundamentais que os acompanharão ao longo da vida. A reflexão apresentada nesta produção científica tem origem na monografia desenvolvida em 2018, como parte do trabalho final da especialização em Gestão Ambiental em Municípios, demonstrando que a temática permanece atual e necessária, bem como a atuação da autora na educação básica.

A Educação Ambiental deve estar em constante desenvolvimento nas instituições educacionais de todo o território brasileiro, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável. Consequentemente, “comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, e a escola pode contribuir significativamente para esse processo através da formação de sujeitos críticos e reflexivos” (Souza et al., 2013, p. 120).

Diante desse contexto, é necessário compreender que a temática da Educação Ambiental passou a ser discutida em nível internacional a partir da década de 1970, quando começaram a ser realizadas conferências relevantes envolvendo diversas nações, tanto desenvolvidas quanto em desenvolvimento. Ainda que seja considerada uma temática contemporânea, suas implicações estão relacionadas a processos históricos mais antigos, vinculados à colonização, à ocupação territorial e aos modelos de desenvolvimento adotados pelos países. Esses debates, iniciados em escala global, gradativamente passaram a integrar os espaços educacionais, ganhando força nas instituições de ensino a partir da compreensão de que a escola é um lugar estratégico para a construção de uma consciência ambiental crítica e transformadora. Os documentos e conferências internacionais marcaram significativamente o avanço dessa temática nas políticas públicas educacionais e no currículo escolar. Assim sendo, é relevante entender como o processo de inserção da Educação Ambiental foi sendo construído dentro dos ambientes educacionais ao longo do tempo. Como ressalta o Leonel, Castro e Rosário (2024):

A Educação Ambiental começou a ser discutida na comunidade escolar a partir dos anos 1970, período em que conferências internacionais sobre o meio ambiente se tornaram mais frequentes, como a I Conferência Internacional sobre Meio Ambiente em 1972, o Seminário Internacional de Educação Ambiental em 1975 e a Conferência de Tbilisi em 1977. Essas discussões levaram o Governo Federal a criar o Ministério do Meio Ambiente em 1992 e a fortalecer as políticas ambientais, como a Lei nº 9.795/1999. Essa lei também modificou os documentos que regulam a

Educação Básica no Brasil, incluindo a Educação Ambiental como um tema importante (Leonel, Castro, Rosário, 2024, p. 174).

Enquanto educadora e praticante da Educação Ambiental nos espaços escolares, reconheço a importância dessa temática no cotidiano da escola, bem como a relevância de políticas públicas voltadas à sua institucionalização. Nesse sentido, é fundamental destacar instrumentos legais que sustentam essa prática, como a Política Nacional do Meio Ambiente e a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa importância também é ressaltada por Leonel, Castro e Rosário (2024), ao destacarem a necessidade de políticas públicas que deem respaldo à inserção da Educação Ambiental nos espaços educativos: “ressaltar a importância de políticas públicas, como a Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei da Educação Ambiental” (Leonel; Castro; Rosário, 2024, p. 181), que garantem respaldo e diretrizes para que a Educação Ambiental esteja presente de forma efetiva nos currículos escolares.

A partir dessas considerações, alguns pontos tornam-se essenciais quando refletimos sobre a relação da Educação Ambiental com os espaços educativos. Furtado e Martin (2016) descrevem três motivos:

Há três motivos que se articulam nos sistemas de ensino: a inclusão do meio ambiente na Constituição de 1988 como responsabilidade de todos em mantê-lo vivo e saudável; a promulgação das Políticas Nacionais de Educação Ambiental (Lei N° 9.795/99) e de Meio Ambiente (Lei n° 6.938/81) que preveem a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino e em outros espaços sociais não formais; e ainda, a reorientação curricular produzida pelo MEC/SEF por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais onde Meio Ambiente foi incluído como um Tema Transversal. Em nível de Estado temos o Código de Proteção do Meio Ambiente (Lei Estadual n° 5.405/92) que explicita a educação ambiental em diversos capítulos e artigos (Furtado; Martin, 2016, p. 109).

Esta pesquisa tem como base a monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental em Municípios pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Medianeira (PR). O estudo foi organizado a partir dos conceitos desenvolvidos ao longo da especialização e da articulação desses saberes com práticas realizadas em uma escola de tempo integral no município de Concórdia, Santa Catarina. Tais práticas continuam sendo implementadas pelos profissionais da escola e vêm se intensificando, considerando que os impactos provocados pela ação humana sobre o meio ambiente têm se tornado cada vez mais evidentes e preocupantes.

O município de Concórdia, situado no estado de Santa Catarina, possui uma população estimada em 87.206 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025). Sua formação histórica está relacionada à Guerra do Contestado, conflito que marcou a região Sul do Brasil no início do século XX. A economia local apresenta um perfil diversificado, com

destaque para os setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços. Nesse contexto, destaca-se a presença da MBRF, empresa do setor de alimentos que possui uma importante trajetória histórica no município de Concórdia e mantém operações na região. Atualmente, a empresa atua globalmente no setor de alimentos, com presença em diversos países e participação significativa na cadeia agroindustrial. Assim como ocorre em muitas cidades brasileiras, Concórdia não foi originalmente planejada e estruturada para acompanhar seu crescimento populacional e econômico, o que se reflete em diversos problemas ambientais contemporâneos, como enchentes, acúmulo excessivo de resíduos sólidos, ausência de rede de esgoto em algumas áreas, deslizamentos de terra, dentre outros.

Diante desse cenário, a Educação Ambiental nas instituições de ensino configura-se como uma temática de grande relevância, exigindo o comprometimento dos profissionais da educação na construção de um conhecimento que articule teoria e prática, em consonância com as questões que permeiam a vida em sociedade. A partir disso, “a escola precisa (re)conhecer-se como ente social capaz de influenciar e contribuir para minorar o quadro de degradação social e ambiental que a atinge” (Furtado; Martin, 2016, p. 109).

É fundamental que a escola desenvolva essa temática de maneira coletiva e interdisciplinar, com a atuação de um corpo docente coeso, colaborativo e comprometido com a formação crítica e ambientalmente consciente dos estudantes. Como apontam Furtado e Martin (2016), “os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental apresentam Meio Ambiente como um tema transversal, ou seja, deve perpassar todos os conteúdos, ser trabalhado em todas as disciplinas, além de ser urgente e abrangente” (Furtado; Martin, 2016, p. 109). A partir dessa compreensão, a discussão passa a abordar as práticas de Educação Ambiental na ciência geográfica, apontando algumas práticas desenvolvidas na escola de tempo integral.

A Educação Ambiental na Educação Integral: desenvolvimento de estudo através da Geografia

A temática da Educação Ambiental (EA) é necessária e urgente, além de demandar políticas públicas que, na forma de lei, sejam efetivamente aplicadas e garantam sua implementação. Nesse sentido, destaca-se o Projeto de Lei nº 46/2023, que propôs instituir a Política Municipal de Educação Ambiental no município de Concórdia, Santa Catarina. O projeto foi publicado no site da Câmara Municipal de Vereadores do município e apresenta propostas relacionadas à inserção da Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino. No entanto, ao consultar a legislação municipal, não foi localizada legislação decorrente do referido projeto, sendo identificado apenas seu registro como arquivado nos documentos da Câmara Municipal. Ainda assim, o conteúdo apresentado no

projeto demonstra a preocupação com a inserção da Educação Ambiental no espaço escolar, conforme pode ser observado em seu Art. 1º:

Art. 1º - Fica instituída, na Rede Municipal de Ensino de Concórdia, da educação infantil ao ensino fundamental, o oferecimento da realização de atividades de Educação Ambiental, o ensino contínuo de conteúdos nas diversas disciplinas e a implementação de programas de Educação Ambiental.

Parágrafo Único: Entende-se por Educação Ambiental para os efeitos desta lei, o processo educacional transdisciplinar que contribui para a formação da consciência ambiental do indivíduo, nos termos dos parâmetros curriculares nacionais e segundo as diretrizes definidas pela Lei Federal 9795/1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (Projeto de Lei nº 46/2023).

A proposta apresentada no Projeto de Lei nº 46/2023 demonstra a preocupação com a inserção da Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino de Concórdia. Contudo, considerando a legislação nacional mais atual e os avanços relacionados à inserção da Educação Ambiental no espaço escolar, observa-se que, atualmente, no ano de 2026, a rede municipal de ensino de Concórdia conta com a disciplina intitulada Educação Ambiental, Sustentabilidade e Cidadania. A disciplina é desenvolvida nas duas Escolas Básicas Municipais e nos Grupos Escolares Municipais de tempo integral, atendendo educandos desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental. Dessa forma, mesmo diante do arquivamento do Projeto de Lei nº 46/2023, percebe-se que a temática da Educação Ambiental permanece presente nas políticas e práticas educacionais do município, sendo incorporada ao currículo escolar.

Na diversidade curricular da educação básica, muitas disciplinas abordam a temática ambiental, e a Geografia, por sua abrangência, possui grande potencial para trabalhar a Educação Ambiental. Como aponta Carvalho (2004), a Educação Ambiental deve ser integrada às diferentes áreas do conhecimento, destacando a Geografia por sua capacidade de articular os aspectos físicos e sociais do espaço. O geógrafo Milton Santos (2001) complementa essa visão ao afirmar que o espaço é um sistema de objetos e ações, cuja compreensão crítica é fundamental para uma atuação consciente sobre o meio ambiente.

A Geografia é a ciência que busca compreender a dinâmica do espaço geográfico, relacionando os aspectos físicos e humanos do meio em que vivemos. Entender o relevo, os fenômenos climáticos, as questões sociais, econômicas e culturais, assim como os hábitos humanos em diferentes lugares, é essencial para a vida em sociedade. Por isso, é fundamental proporcionar aos educandos um conhecimento dinâmico que articule teoria e prática, tornando o ensino mais significativo.

O trabalho em sala deve valorizar as vivências dos alunos, incorporando suas experiências cotidianas para fortalecer o vínculo com o conhecimento e

possibilitar aprendizagens contextualizadas. Assim, desenvolvem-se metodologias adequadas a cada conteúdo e ao grau de desenvolvimento dos estudantes. Nesse contexto, a articulação entre Geografia e Educação Ambiental é essencial para que os educandos compreendam as consequências da degradação ambiental e seu papel numa sociedade marcada pelo consumo. Essa integração contribui para a formação de uma consciência crítica sobre o uso dos recursos naturais e a importância de práticas sustentáveis, reforçando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das futuras gerações.

Nesse período, foram realizadas visitas organizadas pelas professoras a espaços como o Centro de Divulgação Ambiental (CDA), a Usina Hidrelétrica de Itá (SC), o Horto Botânico, o Parque Estadual Fritz Plaumann (Concórdia, SC) e o Parque Teixeira Soares (Marcelino Ramos, RS). Esses locais são recursos pedagógicos valiosos para práticas interdisciplinares, especialmente para o ensino de Geografia e a Educação Ambiental. As visitas têm como objetivo aproximar os educandos da realidade ambiental local, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação dos recursos naturais, o funcionamento dos ecossistemas e as práticas sustentáveis adotadas nessas instituições.

Antes das visitas, os professores preparam os alunos com conteúdos teóricos e atividades para sensibilizá-los sobre o tema, enquanto, no retorno, são desenvolvidas dinâmicas, debates e registros que possibilitam a reflexão crítica e a fixação do conhecimento. Essa articulação entre teoria e prática tem se mostrado eficaz para engajar os estudantes, que demonstram maior interesse e compreensão das questões ambientais após vivenciarem esses espaços.

Além disso, as visitas contribuem para integrar o currículo escolar, pois dialogam diretamente com os conteúdos de Geografia, Ciências e outras disciplinas, favorecendo uma aprendizagem mais contextualizada e significativa. A escola mantém parcerias formais com essas instituições, como o CDA: Consórcio Itá e o Consórcio Lambari, que frequentemente disponibilizam profissionais qualificados para realizar palestras e acompanhar as atividades, fortalecendo a ligação entre o ambiente escolar e a comunidade ambiental local.

Dessa forma, as visitas técnicas são mais do que simples passeios: constituem uma importante ferramenta pedagógica que promove o desenvolvimento de uma consciência crítica e sustentável nos educandos, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na preservação ambiental.

As atividades aqui destacadas ocorreram e continuam ocorrendo nessa escola de educação integral, sendo um movimento necessário e contínuo dos profissionais da educação. Assim sendo, “a educação integral se preocupa com a formação humana em seus diferentes aspectos, sem impor condicionamentos aos sujeitos” (Moreira, 2020, p. 6). O que tem se intensificado após esse projeto inicial é a interdisciplinaridade, principalmente com a disciplina de Ciências. Esse é um

caminho importante dentro do espaço educacional e para trabalhar a Educação Ambiental como uma prática cotidiana.

Assim, as ações de Educação Ambiental, sob uma perspectiva emancipadora, buscam contribuir com a cidadania crítica e com as questões de interesse coletivo, contemplando as contradições existentes na sociedade, buscando superar os consensos que apresentam o consumo individual como suficiente para a solução dos problemas socioambientais (Moreira, 2020, p. 30).

A Educação Ambiental, como previsto na Lei nº 9.795/1999, exige uma mudança de paradigmas e uma reflexão contínua sobre seus valores (Furtado; Martin, 2016). Este artigo apresenta um recorte do trabalho desenvolvido com educandos da rede municipal, utilizando pesquisa bibliográfica e ações educativas para demonstrar a importância da Educação Ambiental no ambiente escolar. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), “a escola deve integrar a Educação Ambiental de forma transversal, promovendo uma visão integrada das questões socioambientais” (Furtado; Martin, 2016, p. 116).

O projeto de Educação Ambiental desenvolvido na Escola Básica Municipal Santa Rita, em Concórdia, buscou promover melhorias ambientais e fortalecer a interação entre escola, alunos e comunidade, contribuindo para um cotidiano participativo, crítico e consciente. Desde 2018, a escola promove o desenvolvimento integral do aluno nas dimensões física, social, emocional, educacional e cultural.

A Escola Básica Municipal Santa Rita é “pioneira na implementação da educação integral no município, com carga horária de 1.600 horas/aula anuais” (PPP, 2024, p. 33). Embora o termo “educação integral” seja recente, “seu conceito remonta à década de 1920, conforme os ideais de Anísio Teixeira” (Cardoso; Oliveira, 2019, p. 57). No Brasil, “a educação integral emergiu na década de 1920, quando diversos movimentos políticos discutiam e defendiam essa proposta, contribuindo para o pensamento educacional brasileiro” (Cardoso; Oliveira, 2019, p. 57). Atualmente, apesar da falta de uma política estatal consolidada, “a educação integral tem ganhado força com base em documentos como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a LDB e o PNE” (Cardoso; Oliveira, 2019, p. 65).

Entender a importância da Educação Ambiental dentro da educação integral é fundamental para formar sujeitos conscientes em suas múltiplas dimensões (Cardoso; Oliveira, 2019). Por isso, o projeto desenvolvido na escola buscou envolver a comunidade escolar na reflexão e nas práticas ambientais, promovendo a conscientização e a adoção de metodologias adequadas. Como aponta Moreira (2020), “para a realização de práticas educativas em Educação Ambiental com o objetivo de se alcançar a formação integral, há a necessidade de clareza conceitual e fundamentação a partir de teorias e práticas pedagógicas” (Moreira, 2020, p. 15).

Analisando a realidade local, percebe-se que Concórdia enfrenta desafios ambientais significativos, como a falta de rede de esgoto adequada e a poluição dos corpos hídricos. A conscientização e o engajamento da população são essenciais para transformar atitudes e promover práticas sustentáveis, metas centrais da Educação Ambiental.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, fundamentada em referenciais bibliográficos. O estudo teve como tema central a Educação Ambiental e sua aplicação nos espaços escolares, com o objetivo de analisar práticas pedagógicas que promovam a conscientização socioambiental no contexto da educação básica.

O trabalho de campo foi realizado em uma escola municipal de educação integral, localizada no município de Concórdia (SC), envolvendo todas as turmas do Ensino Fundamental II. Foram desenvolvidas atividades teóricas e práticas articuladas aos conteúdos de Geografia e às diretrizes da Educação Ambiental.

Inicialmente, foram elaborados materiais informativos sobre o histórico da Educação Ambiental no Brasil, contemplando também sua discussão em nível mundial e nacional. Além disso, foram utilizados vídeos e textos que serviram como subsídio teórico para os estudos, incluindo a exibição do vídeo Ilha das Flores. De forma interdisciplinar, a temática foi trabalhada em conjunto com as disciplinas de Ciências e Arte. Com o apoio da professora de Arte, os estudantes desenvolveram produções inspiradas no trabalho do artista Vik Muniz, possibilitando reflexões sobre a reutilização de materiais e a sustentabilidade.

O movimento foi interdisciplinar, partindo das teorias sobre o que é a Educação Ambiental até chegar à prática, como a caminhada pelo bairro Santa Rita, no município de Concórdia. Nesse espaço, juntamente com os educandos, as professoras realizaram o recolhimento de diferentes tipos de resíduos encontrados pelas ruas do bairro. Ao retornar para a escola, foi realizada a classificação dos materiais com base nas cores das lixeiras e nos diferentes tipos de resíduos e seus respectivos tempos de decomposição. Na sequência, foram realizadas a lavagem dos materiais e a secagem, para que, posteriormente, os educandos pudessem trabalhar a partir da base artística do autor Vik Muniz.

Na sequência, as atividades foram direcionadas aos problemas ambientais locais identificados no município de Concórdia, como a destinação inadequada de resíduos sólidos, a poluição hídrica e a ausência de saneamento básico em determinadas áreas. Essa etapa incluiu visitas ao Aterro Sanitário Municipal e à Estação de Tratamento de Efluentes, proporcionando aos educandos uma compreensão prática sobre a gestão de resíduos e a importância do tratamento adequado da água.

Os trabalhos elaborados pelos alunos foram apresentados à comunidade escolar, incluindo famílias, colegas e profissionais da educação, por meio de uma mostra pedagógica, com o objetivo de divulgar os resultados alcançados e sensibilizar os participantes acerca da importância da preservação ambiental. O projeto contou ainda com a parceria do Centro de Divulgação Ambiental (CDA) do Consórcio Itá, que promoveu palestras e orientações técnicas sobre temas como fauna nativa e exótica, além de atividades práticas, como o plantio de árvores nativas no bosque da escola, reforçando o vínculo entre teoria e prática.

Resultados e Discussão

O desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou um amplo conhecimento acerca da participação dos educandos no que se refere à conscientização ambiental. O projeto foi desenvolvido ao longo do ano de 2018, propondo o envolvimento dos alunos em discussões em sala de aula, principalmente refletindo sobre os problemas ambientais e sociais da sociedade contemporânea. Essa percepção confirma a importância de integrar teoria e prática no processo educativo, como propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais ao indicar a Educação Ambiental como tema transversal (Brasil, 1998).

Por meio da interdisciplinaridade, foi possível desenvolver trabalhos inspirados em grandes nomes da arte brasileira, como Vik Muniz, levando os alunos a refletirem sobre a produção artística do autor e, ao mesmo tempo, sobre a reutilização de materiais do cotidiano. Muitos desses materiais, tidos como sem valor e descartáveis pela maior parte da população, foram transformados em obras de arte, sendo ressignificados e adquirindo novas funções. Esse movimento vai ao encontro do que defende Carvalho (2004), ao apontar que a Educação Ambiental deve proporcionar experiências concretas que estimulem a reflexão crítica sobre o consumo e a reutilização de recursos.

As visitas ao Aterro Sanitário Municipal (Figura 1) e à Estação de Tratamento de Efluentes configuraram-se como momentos fundamentais para o processo de aprendizagem, pois possibilitaram aos educandos visualizar práticas e processos que, embora invisíveis no cotidiano, são essenciais para a manutenção da vida diária. Sem esses serviços, grande parte das atividades rotineiras não funcionaria adequadamente. As experiências práticas dessa natureza favorecem a consolidação de aprendizagens significativas, uma vez que permitem ao sujeito compreender sua inserção nas dinâmicas socioambientais.

Os alunos também tiveram a oportunidade de trabalhar em grupos e interagir com outras turmas do Ensino Fundamental, o que promoveu um conhecimento mais amplo e diverso, além de desenvolver a capacidade de trabalho coletivo na construção do conhecimento. A parceria com o Centro de Divulgação Ambiental (CDA) do Consórcio Itá (Figura 2) e a realização do plantio de árvores nativas reforçaram a dimensão prática e simbólica do projeto, evidenciando que ações colaborativas entre escola e instituições parceiras potencializam os resultados.



Figura 1 - Visitação ao Aterro Sanitário de Concórdia, Santa Catarina.

Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Esses momentos são de grande importância tanto para os educandos quanto para os educadores, pois representam um movimento de saída do ambiente educacional tradicional, marcado pela sala de aula, para a ampliação das possibilidades de aprendizagem por meio de experiências práticas. Trata-se de proporcionar aos estudantes vivências que possibilitem transformar e ampliar seus conhecimentos, aproximando-os de outras realidades e, ao mesmo tempo, levando-os a compreender melhor o mundo em que vivem e a si próprios.

Nesse sentido, essas experiências contribuem para a construção de uma leitura crítica do mundo e para o desenvolvimento da alfabetização científica. Como destaca Chassot (2007), “ser alfabetizado cientificamente é saber fazer ler a

linguagem em que está escrita a natureza” (Chassot, 2007, p. 29). Para o autor, “é um analfabeto científico aquele incapaz de uma leitura do universo” (Chassot, 2007, p. 29). Assim, as práticas realizadas para além da sala de aula assumem papel significativo no processo educativo, ao possibilitar que os estudantes relacionem os conhecimentos científicos às experiências vivenciadas em seu cotidiano e ao espaço em que estão inseridos.



Figura 2: Palestra com o engenheiro ambiental do CDA - Centro de Divulgação - Consórcio Itá.
Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A interdisciplinaridade destacou-se como elemento estruturante do projeto. A integração entre Geografia, Ciências e Arte possibilitou aos alunos compreenderem a complexidade das questões ambientais sob diferentes perspectivas, promovendo um aprendizado mais amplo e crítico. Essa abordagem está alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Brasil, 2012), que orientam para a necessidade de práticas pedagógicas que transcendam a fragmentação disciplinar e incorporem múltiplas dimensões do saber.

Os resultados são positivos, principalmente porque práticas como essas continuam ocorrendo no espaço escolar e se ampliando para outras instituições nas quais a pesquisadora atua atualmente. Continuam sendo firmadas parcerias, como o Centro de Divulgação Ambiental (CDA) do Consórcio Itá, o Parque Ambiental Teixeira Soares (Marcelino Ramos, RS) e o Parque Estadual Fritz Plaumann (Concórdia, SC). A cada ano, um novo local é escolhido para ampliar

essas experiências transformadoras na vida dos educandos e dos profissionais da educação.

A continuidade desse projeto é de grande importância para a autora deste artigo, que, além de sua relação com a ciência geográfica, tem como princípio a promoção de diferentes experiências e momentos de aprendizagem com os educandos. Ao longo desse percurso, a realização de projetos, atividades práticas e viagens pedagógicas passou a fazer parte de sua prática docente, contribuindo para que fosse reconhecida pelos próprios estudantes como a “professora dos projetos e viagens”. Para além da monografia desenvolvida em 2018, esse processo consolidou-se como uma prática permanente, evidenciando a relevância da temática da educação ambiental no contexto escolar.

Na Figura 3, são apresentadas imagens de diferentes atividades que evidenciam a continuidade das ações de educação ambiental desenvolvidas na escola de educação integral. Entre essas ações, destaca-se a inserção da Defesa Civil no ambiente escolar, por meio de um projeto desenvolvido pelo Estado e incorporado às práticas educativas da instituição. As atividades envolvem o uso dos materiais disponibilizados pelo projeto, práticas realizadas no cotidiano escolar e, ao final do ano, a formatura dos estudantes participantes. Também são contempladas visitas e atividades relacionadas ao contexto local do município de Concórdia, possibilitando aos educandos conhecer, observar e compreender diferentes aspectos do espaço em que estão inseridos.



Figura 3: Painel de formatura dos alunos do 7º ano – Defesa Civil / visita aos bairros do município de Concórdia.

Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Revbea, São Paulo, V. 21, Nº 4: 79-96, 2026.

Em 2025, por exemplo, os alunos participaram de uma viagem de estudos à Universidade de Passo Fundo, onde tiveram a oportunidade de conhecer o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider e o Museu Zoobotânico Augusto Ruschi, além do espaço Primaves. Contudo, ressalta-se que a efetividade dessas ações depende da continuidade das práticas, do engajamento da gestão escolar e do apoio das políticas públicas voltadas à institucionalização da Educação Ambiental no currículo.



Figura 4: Visita ao Centro de Divulgação Ambiental (CDA) do Consórcio Itá (SC)

Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Entre essas ações, destaca-se a parceria de longa duração com o Consórcio Itá, que desenvolve ações e projetos voltados à educação ambiental no ambiente escolar, em articulação com a comunidade e com as práticas educativas da instituição. As atividades incluem visitas ao Horto Botânico e à Usina Hidrelétrica de Itá, bem como práticas desenvolvidas no cotidiano escolar e atividades relacionadas ao contexto local do município de Concórdia. Essas experiências possibilitam aos educandos ampliar seus conhecimentos a partir da relação entre os conteúdos trabalhados no espaço escolar e as diferentes realidades vivenciadas no território.

Conclusões

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem bibliográfica e de campo, tendo como tema central a Educação Ambiental e sua aplicação nos ambientes escolares. O trabalho de campo ocorreu no espaço escolar e contou com a participação efetiva de todos os envolvidos, após a definição da turma, da

faixa etária e do número de educandos participantes. Foram produzidos materiais impressos sobre o histórico da Educação Ambiental no Brasil, abordando também o início de sua discussão em nível mundial e nacional. A partir da pesquisa bibliográfica, os alunos elaboraram estudos e maquetes sobre os principais problemas ambientais do país, com uma quantidade delimitada de temas a serem explorados.

Após esse primeiro momento de análise e estudo, os educandos desenvolveram atividades voltadas aos problemas ambientais locais, identificados no município de Concórdia (SC). A delimitação temática novamente foi necessária para possibilitar uma prática mais aprofundada, sempre buscando soluções e alternativas eficazes para os desafios ambientais da realidade próxima. Os trabalhos produzidos foram apresentados à comunidade escolar, incluindo famílias, colegas e profissionais da educação, evidenciando tanto resultados positivos quanto aspectos a serem aprimorados. Essa ação contribuiu para conscientizar os participantes sobre a importância de uma Educação Ambiental efetiva dentro dos espaços escolares, pois estes servem de base para práticas conscientes na vida em sociedade.

No primeiro semestre de 2018, o projeto de Educação Ambiental teve continuidade na escola, agora envolvendo a disciplina de Geografia e as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º anos. Contou também com a colaboração do Centro de Divulgação Ambiental (CDA) e de um engenheiro ambiental. Em parceria com a escola, foi organizada uma palestra que refletiu sobre a importância da fauna nativa e exótica.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, percebeu-se que os educadores ambientais enfrentam uma tarefa desafiadora: refletir, analisar e transformar percepções sobre o meio ambiente, desenvolvendo estratégias que permitam construir e reconstruir conhecimentos em torno da temática ambiental. Muitas vezes, é necessário romper paradigmas e criar novos hábitos de percepção do meio ambiente enquanto uma problemática urgente e relevante. Para que esse trabalho seja efetivo, é fundamental que o educador ambiental tenha uma visão clara e abrangente sobre tudo o que envolve a questão ambiental e suas múltiplas relações com a sociedade, a natureza, a política e demais fatores que influenciam e transformam o meio em que vivemos.

Diante dos problemas e das diversas formas de degradação ambiental, é comum que a sociedade adote uma postura de indiferença, acreditando que tais situações não nos atingem de forma imediata. Persiste uma percepção equivocada de que somos donos absolutos dos recursos naturais, o que nos leva a desconsiderar as consequências de nossos atos, mesmo quando estes são práticas tradicionalmente enraizadas. Agimos, muitas vezes, de forma neutra, sem perceber o verdadeiro papel que ocupamos frente às transformações ambientais, as quais, no futuro, poderão comprometer nosso bem-estar coletivo.

Apesar do avanço do individualismo e do consumo voltado ao interesse próprio, ainda existem pessoas e instituições que, mesmo diante do vazio gerado por essa lógica social, seguem lutando por causas ambientais, reconhecendo sua urgência e importância para as presentes e futuras gerações.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm?utm_source. Acesso em: 23 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro091.pdf?utm_source. Acesso em: 23 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm?utm_source. Acesso em: 23 ago. 2026.

CARDOSO, Cintia A. Q. OLIVERIA, Ney C. M. **A história da Educação Integral / Em tempo integral na Escola Pública Brasileira**. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 25, n. 50, p. 57-77, jul./dez. 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CHASSOT, Attico. **Educação ConSciência**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

CONCÓRDIA (SC). **Projeto de Lei nº 46, de 2023**. Institui a Política Municipal de Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino de Concórdia. Concórdia: Câmara Municipal, 2023. Disponível em:

<https://www.cvc.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Lei/2023/2/0/44373>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, João C. A.; MARTIN, Alessandra M. C. B. **Educação Ambiental em Escolas Públicas de Santa Inês (MA)**: Mobilizando e Criando. Revbea, São Paulo, v. 11, nº 1: 108-116, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/revbea/article/view/2011/1348>. Acesso em: 23 ago. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Concórdia**. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/concordia.html> Acesso em: 23 ago. 2026.

LEONEL, Ronaldo S.; CASTRO, Andréia O.; ROSÁRIO, Klebson S. S. **Educação Ambiental**: desafios e possibilidades no cotidiano da educação fundamental no Brasil. Revbea, São Paulo, v. 19, nº 8: 173-189, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/revbea/article/view/16428/12969>. Acesso em: 23 ago. 2026.

MOREIRA, Israel Ramos. **Educação Ambiental Crítica**: pensando caminhos para a formação omnilateral. Uberlândia: Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), 2020.

NEIMAN, Zysman. **Educação ambiental no Brasil**: reflexões a partir da prática e perspectivas para o futuro. Revista Brasileira de Educação Ambiental – RevBEA, São Paulo, v. 20, n. 4, p. I-IX, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/revbea/article/view/21419/14526>. Acesso em: 23 ago. 2026.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA RITA. **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**. Concórdia, SC, 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Girlene S.; MACHADO, Poliana B.; REIS, Vanessa R.; SANTOS, Aline S.; DIAS, Viviane B. **Educação Ambiental como ferramenta para o manejo de resíduos sólidos no cotidiano escolar**. Revbea, Rio Grande, v. 8, nº 2:118-130, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/revbea/article/view/1792/1220>. Acesso em: 23 ago. 2026.